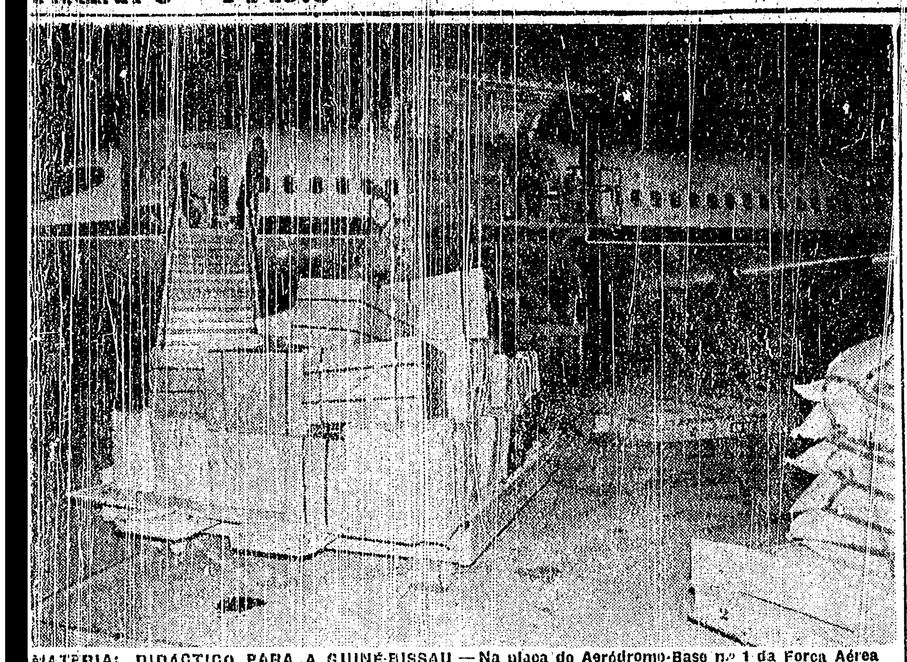


MATERIAL DIDÁCTICO PARA A GUINÉ-BISSAU — Na placa do Aeródromo-Base n.º 1 da Força Aérea Portuguesa, na Portela de Sacavém, o pessoal dos serviços de Movimento e Despacho, sob a orientação do alferes Fernandes e do primeiro-sargento Veiga, entrou o Novo Ano a efectuar as operações de carga do «Boeing 707», matrícula 3802, que hoje, às 10 horas, partirá para Bissau, com uma tripulação comandada pelo major Lavrador, levando cerca de oito toneladas de material didáctico. Este carregamento, constituído por livros, é enviado ao abrigo das cláusulas do acordo de Argel que prevêem a cooperação de Portugal no desenvolvimento do jovem país africano, nos vários sectores de actividade. Recorde-se que equipas médico-farmacêuticas voluntárias se encontram já a trabalhar na República da Guiné-Bissau, estando prevista para breve a partida de grupos de professores e jornalistas

Empossado em Cabo Verde o Governo de Transição

O interesse comum português e cabo-verdiano no apoio das Nações Unidas àquele arquipélago em vias de se tornar independente, foi novamente manifestado por ocasião da posse do governo de transição designado pelo P. A. I. G. C., e por Portugal, e cujas cerimónias se realizaram antecontem na cidade da Praia.

Regressaram a Lisboa o secretário de Estado Cástro Fontes e o vice-secretário das Nações Unidas

Conforme o acordo celebrado em Argel, Portugal nomeou um alto-comissário e dois dos cinco ministros do novo governo; por seu turno, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde designou Manuel Faustino para ministro da Educação e Cultura, Mário da Luz para ministro da Coordenação Económica e do Trabalho e Carlos Reis para ministro da Justiça e dos Assuntos Sociais. Enquanto o alto-comissário Almeida Rêga sobraça interinamente a pasta do Equipamento Social e do Ambiente, o major Manuel Faz Barros assumiu as funções de ministro da Defesa e da Informação.

O ambiente cordial em que decorreram as cerimónias na capital cabo-verdiana foi ontem confirmado pelo secretário de Estado Cástro Fontes, que regressou de Cabo Verde onde, representando o Governo de Portugal, assistiu ao acto, considerado pelos observadores como «o mais importante acontecimento da vida do arquipélago antes da próxima independência». Com o eng. Cástro Fontes regressaram igualmente a Lisboa o representante do Ministério português dos Negócios Estrangeiros, dr. Nataliel Costa e o enviado especial das Nações Unidas, embaixador Abdul Farah.

Abdul Farah: fim-de-ano no Estoril

O embaixador Abdul Farah, vice-secretário da O. N. U., ontem regressado a Lisboa proveniente de Cabo Verde, conforme referimos, deixará amanhã a capital portuguesa, com destino a Nova Iorque. Ontem, entretanto, o enviado especial de Kurt Waldheim à cerimónia da posse do governo de transição de Cabo Verde, foi hóspede do ministro da Coordenação Interterritorial, dr. Almeida Santos, com quem jantou, tendo depois feito a passagem de ano no Casino do Estoril.

A posse do Governo de Transição na Cidade da Praia

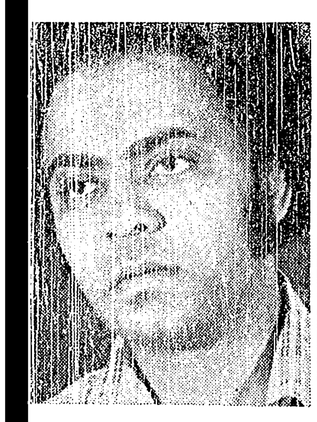
«Este é um dia grande para Cabo Verde e é também um dia grande para Portugal», disse na véspera, o alto-comissário português em Cabo Verde, Almeida d'Eça, ao discursar na cerimónia de posse do Governo de Transição.

A cerimónia marcou o início de funções dos ministros designados pelo P. A. I. G. C., um dos quais, Carlos Reis, teceu várias considerações sobre a ordem política e a evolução do partido para a independência da Guiné e Cabo Verde, esclarecendo a dado passo: «A nossa acção como ministros designados pelo P. A. I. G. C., num governo de transição para a verdadeira independência de Cabo Verde, será baseada nos instrumentos jurídicos fundamentais decorrentes das negociações de Lisboa. Tais instrumentos são resultantes da actuação comum do P. A. I. G. C. e do Governo Português Provisório, que terão, necessariamente, de se apoiar na adesão das massas populares e nos princípios políticos encarnados pelo P. A. I. G. C. e pelo Movimento das Forças Armadas».

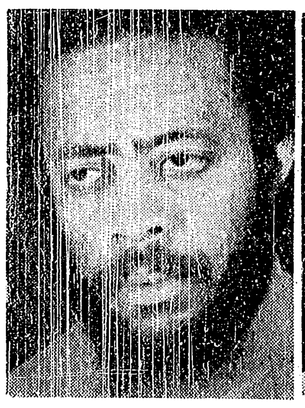
O representante do secretário-geral da O. N. U., dr. Abdul Farah, discursando a seguir, referiu-se à acção desenvolvida pela O. N. U. sobre o direito à autodeterminação e o consequente direito de todos os povos à independência nacional, sublinhando que a O. N. U. «tudo fará para assistir o povo de Cabo Verde nas suas importantes decisões». A encerrar a cerimónia, usou da palavra o representante do ministro da coordenação interterritorial, que confirmou o apoio do Governo Português ao Estado de Cabo Verde.

Entretanto, ao fim da tarde, realizou-se uma manifestação de regozijo, tendo, na altura, usado da palavra o eng. Centeio e o alto-comissário do Governo Português, após o que falaram o representante da O. N. U. e o presidente da delegação do P. A. I. G. C. em Cabo Verde, Pedro Pires, que fechou a série de discursos.

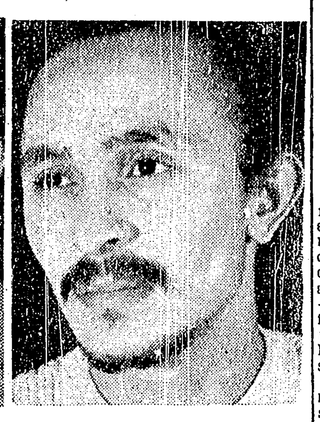
O dirigente africano, em curto improviso, agradeceu a presença das diversas individualidades e, dirigindo-se depois ao povo que o escutava, pediu a sua colaboração e vigilância, «pois — salientou — a reacção não desapareceu, ainda, das ilhas».



Mário da Luz, ministro da Economia e Trabalho



Manuel Faustino, ministro da Educação e Cultura



Carlos Reis, ministro da Justiça

Constituição do Governo de Transição

Entretanto, e em virtude dos acordos de Lisboa de 18 de Dezembro, o Governo de Transição de Cabo Verde é formado por três portugueses e por três membros do P. A. I. G. C.. Os portugueses têm a responsabilidade da preparação das eleições e o exercício da soberania enquanto o P. A. I. G. C. é responsável pelos assuntos económicos e sociais, sendo todas as decisões tomadas a nível colegial.

A escolha dos ministros do P. A. I. G. C. não reflecte nenhuma preocupação pela repartição geográfica entre as ilhas, mas foram escolhidos unicamente em função de critérios políticos e técnicos, esclareceram os responsáveis do partido.

Confirmado por Mário Soares

A cimeira Luso-Angolana será em território português

KINSHASA, 31 (R.). — Em Nova Delhi o ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Mário Soares, disse que o Governo Português pretende manter em segredo, nas fases iniciais, a data e o local das conversações com os movimentos de libertação angolanos.

Quando lhe perguntaram o que havia quanto a notícias de que as conversações sobre a independência de Angola se realizariam no dia 10 de Janeiro, algures em Portugal, o dr. Mário Soares respondeu que, embora se realizassem em Portugal, era incapaz de confirmar onde ou quando.

O dr. Mário Soares disse ainda esperar que essas conversações possam atingir um acordo para a instituição e instalação de um Governo transitório em Angola, formado por representantes dos três movimentos. Acrescentou estar também esperançado de que as conversações fixem uma data para a independência de Angola.

Jonas Savimbi no Zaire

Entretanto o dr. Jonas Savimbi, presidente da U.N.I.T.A., chegou esta noite a Kinshasa para conversações respeitantes à formação de um Governo transitório para Angola.

A agência oficial zairense A.Z.A.P., que comunicou a notícia, disse também que o dr. Savimbi chegou de Lusaca, capital da Zâmbia, para a realização de conversações com o dr. Agostinho Neto, «leader» do Movimento Popular para a Libertação de Angola (M.P.L.A.).

Círculos fidedignos frisaram que os três movimentos deverão reunir com mais de 50 delegados, depreendendo-se que o dr. Agostinho Neto, o dr. Holden Roberto e o dr. Jonas Savimbi, chefiarão as respectivas delegações do M. P. L. A., F. N. L. A. e U. N. I. T. A.

O Governo do Quénia tem-se recusado a confirmar oficialmente a realização dessa conferência, mas os círculos informativos explicaram que tal atitude se deve a um pedido feito pelos angolanos de que não seriam publicadas quaisquer notícias da reunião a não ser por eles próprios.

De acordo com esses círculos, os portugueses propuseram aos movimentos de libertação que o governo transitório seja formado por 12 ministros, três deles portugueses e os outros nove divididos equitativamente entre os três movimentos. A divisão das respectivas pastas será, sem duvida, um dos assuntos a ser discutido em Mombaça.

Outra questão que os três movimentos deverão considerar serão as respectivas posições perante a anunciada proposta portuguesa de que deverão dissolver as suas forças armadas e formar uma força unificada de defesa integrada junto das tropas portuguesas.

A aceitação dessa proposta implicaria que cada um dos grupos entregasse o controle militar das áreas onde tem operado e que tomou durante a longa e cruenta guerra de guerrilhas com os portugueses.

Neste momento, a U. N. I. T. A. mantém amplas áreas do centro do território, tendo a sua séde no Luso. A F. N. L. A. mantém áreas a Norte, com fronteiras com o Zaire, e o M. P. L. A. mantém outros sectores do Norte do país, incluindo o enclave de Cabinda.

O único movimento angolano não reconhecido por Portugal (nem pelos outros três movimentos de maior projecção) é a F. L. E. C., movimento separatista do enclave de Cabinda, que tem sido escorraçado do território e cujas forças de guerrilhas se julga que estejam acampadas no Zaire e no Congo-Brazzaville, fora das fronteiras de Cabinda.

CHEFE TRIBAL SUL-AFRICANO VISITA A LIBÉRIA

MONROVIA, 31 (R.) — O chefe zulu Gatsha Buthelezi, da Africa do Sul, chega hoje a esta capital, numa visita de cinco dias.

Desconhece-se o propósito da visita do «soba», mas observadores de Joanesburgo pensam que a actual campanha sul-africana para chegar a um entendimento com a Africa Negra ocupará lugar de relevo na lista dos tópicos que discutirá com o presidente William Tolbert, da Libéria.

A ultima viagem do chefe Buthelezi à Africa Negra registou-se em Dezembro de 1973, quando assistiu a uma conferência de dirigentes em Adis Abeba. Depois, visitou a Zambia, o Quénia e a Tanzania.

Dado que o «soba» se opõe totalmente à política de «apartheid» da Africa do Sul, a visita não é considerada como parte da ofensiva diplomática de Pretória, e o chefe Buthelezi afirma que vai discutir «problemas comuns de Africa».

Na semana passada, o presidente Tolbert visitou a Guiné e a Serra Leoa para travar conversações com os dirigentes desses dois países vizinhos e crê-se que os acontecimentos na Africa Austral se incluiram entre os problemas discutidos na ocasião.

A visita do chefe Buthelezi é tida como significativa de uma aceitação crescente pela Africa Negra de alguns dos dirigentes dos territórios autónomos da Africa do Sul, que foram outrora considerados como pouco mais do que «lacaios» do Governo de Pretória.

Quando visitou a Africa Negra, há um ano, o chefe Buthelezi foi censurado por estudantes militantes, em Adis Abeba, que criticaram a sua opinião de que a mudança na Africa do Sul não deveria ter carácter violento.

Na altura, o «soba» declarou aos estudantes que não poderia conduzir o seu povo para uma luta armada, que perderia, e acrescentou que os habitantes dos territórios autónomos da Africa do Sul nunca tinham aceite o «apartheid».

A S.W.A.P.O. prevê que em 1975 a Namíbia conquiste a sua independência

WINDHOEK, 31 (F. P.). — A Organização dos Povos do Sudoeste Africano (S. W. A. P. O.) acusa as autoridades sul-africanas de praticarem «matanças, assassínios, torturas, flagelações públicas e privações dos «direitos do homem» na pessoa do homem negro da Namíbia, ilegal» e racista da Namíbia.

Eliphas Montaro, com trinta filiados da S. W. A. P. O. deu uma conferência de Imprensa em Windhoek, para denunciar a «ocupação ilegal e racistaá da Namíbia.

«Mil novecentos e setenta e cinco será um ano histórico — afirmou —, pois é o ano em que o povo da Namíbia terá uma probabilidade de conquistar a «sua autodeterminação, a sua independência e a sua dignidade nacional».

Profundas reformas na vida política e económica do Zaire

- Mobutu continua na chefia do Estado
- O Governo passa a controlar as empresas de construção, de distribuição e de transportes colectivos
- Serviço cívico obrigatório antes do ingresso nas Universidades

O Zaire enveredou por um caminho de profundas reformas políticas, económicas e ideológicas, cujos pormenores só ontem começaram a ser conhecidos, e que se sucedem a uma crise interna latente que se estava a agravar rapidamente. As medidas — algumas das quais drásticas — foram ontem divulgadas pelo directório do Movimento Popular da Revolução, partido nacional zairense.

No plano ideológico, uma das medidas anunciadas foi a da supressão do ensino da religião, substituído por aulas de educação cívica e política. No dia 14 de Outubro, aniversário de Mobutu, é proclamado «Dia da Mocidade» e todos os lugares onde o presidente viveu passam a ser considerados «altos lugares de recolhimento».

Entretanto, o directório do Movimento Popular da Revolução decidiu instituir um «serviço cívico» com a duração de um ano, a que ficam obrigados os jovens que concluirem o ensino secundário. Por outro lado, todos os alunos zairenses que se encontrem a estudar no estrangeiro deverão regressar ao país no fim do presente ano lectivo.

Segundo informa a Agência France Presse, a principal medida no campo económico foi a de o Estado tomar para seu «contrôle», a partir de hoje, todas as empresas de construção, todas as grandes unidades de distribuição, todas as empresas de produção de materiais de construção e ainda as grandes empresas de transportes publicos colectivos.

A nova linha de política interna zairense inclui a proibição, para os bancos estrangeiros instalados no país, de exercerem a sua actividade fora de Kinshasa.

Entretanto, anuncia-se igualmente que o «contrôle» de importações será endurecido e que a produção e o consumo passam a ser orientados «em função do interesse geral», embora não se forneçam detalhes quanto ao alcance concreto desta orientação. O serviço noticioso daquela agência francesa acrescenta que a industria pesada será incrementada «para jugular as origens da inflação».

Para fazer face ao desemprego, o Movimento Popular da Revolução ordenou a planificação do mercado de emprego, o recenseamento dos desempregados e o desenvolvimento da formação profissional. Por outro lado, são criadas brigadas e cooperativas agrícolas, numa tentativa de luta contra a crise agrícola que se instalou no país. «A produção, neste ramo, passa a ser planificada e diversificada», acrescenta-se.

Finalmente, o Exército, «mais consumidor do que produtor», será reorganização em função dos três objectivos agora definidos: programa agrícola, educação política e instrução militar.

Estas foram as primeiras notícias conhecidas sobre a situação no Zaire depois de um subito corte de comunicação, verificado vinte e quatro horas antes, com o mundo exterior. Durante esse período, circularam os mais desencontrados comentários, tendo chegado a pôr-se a hipótese de um golpe de Estado que tivesse derrubado Mobutu.

James Callaghan encontrar-se-á com dirigentes nacionalistas rodesianos durante a sua visita à Zâmbia

O ministro britânico visitará seguidamente mais cinco países africanos

LUSACA, 31 (F. P. e A. N. I.) — O ministro dos Negócios Estrangeiros britanico, James Callaghan, chegou hoje a esta cidade, iniciando, assim, a sua projectada viagem de dez dias por seis estados africanos, a começar pela Zambia, onde será hóspede do presidente Kenneth Kaunda, sob cujo patrocínio se realizaram este mês, no seu país, conversações que levaram a um cessar-fogo na luta que se desenrolava há dois anos na Rodésia.

Aguardando o ministro britanico estava James Chikerema, um dos quatro grandes dirigentes rodesianos, exilado na Zambia há vários anos, a quem Callaghan cumprimentou calorosamente. Diz-se que mons. Muzorewa, «leader» do Conselho Nacional Africano (A. N. C.), se encontra na Zambia e que Joshua Nkomo e o reverendo Ndabaningi Sithole, recentemente saídos das prisões rodesianas, virão a Lusaca esta semana.

Callaghan disse, no aeroporto, que terá conversações com o presidente Kenneth Kaunda, e com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Vernon Mwaunga, acerca dos «notáveis acontecimentos sucedidos na Africa Austral».

Afirmou, também:

«Haverá aberturas sobre os problemas rodesianos mas primeiro precisa de indicações dos três «leaders» da Comunidade Britanica na Africa que contribuiram para a nova tentativa de solucionar o impasse rodesiano de nove anos.»

E acrescentou:

«A iniciativa do presidente Kaunda, de Sir Seretse Khama, do Botswana, e do presidente Julius Nyerere, da Tanzania, suscitou o interesse de toda a gente. A situação tem evoluído para uma solução do problema constitucional da Rodésia.»

Callaghan descreveu, ainda, os três «leaders» africanos como «velhos amigos» e declarou que a Grã-Bretanha continuará a aceitar as suas responsabilidades no problema rodesiano.

Por outro lado, em círculos oficiais rodesianos não se encara a possibilidade de o chefe do Governo, Ian Smith, ir à Zambia para se avistar com Callaghan, enquanto em Lusaca, diplomatas não põem de parte a hipótese de o ministro britanico se deslocar a Salisburia.

Depois de quatro dias na Zambia, o período mais longo da sua digressão pelos seis estados, Callaghan irá ao Botswana, ao Malavi, à Tanzania, ao Quénia e à Nigéria.

Na Rodésia a luta prossegue

SALISBÚRIA, 31. — (R.) — Uma mulher africana foi presa, em ligação com a morte de quatro polícias sul-africanos numa emboscada na Rodésia, pouco antes do Natal, segundo revelaram nesta capital as forças de segurança.

Num comunicado emitido ontem, à noite, as forças de segurança indicaram, também, sete outros incidentes sérios, nos quais, disseram, guerrilheiros nacionalistas tinham violado o cessar-fogo durante os ultimos dez dias.

No mesmo período, forças de segurança mataram três guerrilheiros e localizaram algumas minas terrestres, colocadas há pouco tempo — acrescentava o comunicado.

Nacionalistas rodesianos convidados a avistar-se com Callaghan em Lusaca

SALISBURIA, 31 (F. P. e R.). — Os dirigentes nacionalistas negros da Rodésia foram oficialmente convidados a ir a Lusaca, capital da Zambia, para se avistarem com o ministro britanico dos Negócios Estrangeiros, James Callaghan — anunciou hoje, em Salisburia, um informador oficial do Conselho Nacional Africano.

Por outro lado, o primeiro-ministro Ian Smith preveniu que a presente fase de desanuviamento não provocará alterações espectaculares na Rodésia.

Numa mensagem à nação, por ocasião da passagem do ano, Smith observou que a situação que se vive actualmente na Rodésia criou um clima ideal para especulações, em que as pessoas são submetidas «a pensamentos e sugestões ultrajantes».

«Conjuro-vos a rejeitá-los, porque não vai haver modificações dramáticas na Rodésia», declarou.

Mais adiante, o primeiro-ministro frisou que o país pertence ao seu povo e deve ser por ele partilhado.

«A nossa política é que a Rodésia será para sempre o lar dos rodesianos brancos e dos rodesianos negros. A ultima coisa que quero fazer é navegar sob uma falsa bandeira. Por isso, deixem-me tornar bem claro que, quanto a mim, nunca pode haver desvios desta posição», acrescentou.

Há três semanas, Ian Smith anunciou o cessar-fogo na luta de guerrilha, como medida preliminar a uma conferência de mesa-redonda com os dirigentes nacionalistas negros sobre o futuro político da Rodésia.

CENSURADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO A ACTUAÇÃO DE ELEMENTOS DA RESPECTIVA COMISSÃO ADMINISTRATIVA

PORTO — Realizou-se ontem a sessão mensal da Câmara Municipal do Porto, que reuniu à sua volta grande expectativa e interesse, dada a publicação, há dias, de um comunicado assinado por cinco elementos da Comissão Administrativa, denunciando conluio dentro da mesma. Além disso, interessava pelo facto de se saber se iriam ou não ser discutidas propostas já há muito apresentadas, que visam a criação de grupos de estudo para a solução dos múltiplos problemas da cidade.

Sob a presidência do arq.º Artur Andrade, estiveram presentes todos os vereadores (excepção feita a Rui Polónia, demissionário). Ausente o eng.º Manuel Andrade (falecimento do pai), mas que viria a chegar mais tarde.

Em primeiro lugar, o presidente teve uma intervenção para falar do que foram os três meses de vida da Comissão Administrativa, visando essencialmente a «competividade e parcialismo partidários, aliados a notória preocupação de tornar públicas e marcar sectorialmente as posições, como repetidamente se verificou, o que deu lugar a que o prestígio e a produtividade da C. A. fossem temporariamente afectadas, sem proveito para ninguém».

Continuando a falar das divergências, o arq.º Artur Andrade afirmou mais adiante:

«Não posso deixar de verberar e denunciar como irresponsável, insensata e nociva a actuação que, em vez de revelar serena compostura e consciência das responsabilidades assumidas, sirva para desacreditar todo o processo de democratização em curso, o respeito que deve conferir-se às instituições públicas e a confiança que a colectividade pretende depositar nos homens que aceitaram pôr-se ao serviço da Nação».

Depois de citar um despacho do ministro da Administração Interna, que define a responsabilidade dos elementos que compõem as autarquias locais, o presidente afirmou que infelizmente esse despacho não tem sido respeitado «por alguns elementos da C. A., pois é bem conhecida a participação que tiveram os vice-presidentes em comícios partidários realizados nesta cidade, fazendo eles próprios acusações à acção da Câmara, tornadas públicas através dos jornais, de resto sem nenhuma especificação concreta».

Falou depois do orçamento, para dizer que se avaliavam em 741 300 contos de receitas para o ano que entra, dos quais 486 são receita ordinária e 255 de receita extraordinária. Apontou depois os orçamentos dos Serviços Municipalizados (águas, 144 560 contos, gás e electricidade, 431 560 contos, e transportes colectivos 663 410 contos), orçamentos que foram aprovados.

Depois verificou-se a intervenção do vereador Vítor Ranito, a propor um esquema de diálogo sobre todos os problemas camarários, nomeadamente no que se refere ao saneamento, propondo-se também a criação das comissões destinadas a estudar problemas de urbanização e obras, trânsito, higiene, habitação, património municipal, cultura e recreio, abastecimento de água, etc., propostas estas apresentadas já em 7 de Outubro último. Depois de apontar as inúmeras necessidades da cidade, insistiu pela vantagem de se discutir a actuação da C. A. quanto à política de solos, de habitação, de ambiente, de trânsito e transportes, dinamização cultural e problemas higio-sanitários.

Seguiu-se uma intervenção do eng. Manuel Andrade acerca das razões da publicação do comunicado. Foram ainda postas outras questões relacionadas com necessidades prioritárias e, por último, dado o adiantado da hora, foram admitidas as propostas apresentadas no início da sessão pelo vereador Vítor Ranito.

Os insaneáveis

(Continuado da pág. anterior)

Assim, qualquer dos potentados do fascismo estava, ou está, muito incriticamente integrado nesse Poder social, atávico e arcaico, onde se contêm todas as velhas tradições, superstições e mitologias, Poder social que deriva do processo natural e empírico de hominização e de humanização de um HOMEM projectual que a si próprio se vai construindo e definindo.

Na medida em que alguém se serve habilidosamente das próprias estruturas epocais de uma sociedade, como instrumento de manutenção e exploração em proveito próprio, de essas estruturas paralisantes, está a ser culpado socialmente e, aí, os fascistas fizeram-no larga e longamente, cruel e nefastamente. Mas na medida em que eles próprios «comungavam» de todo esse acervo de velhas éticas, não revolvido nem transformado, foram e são os seus participantes comuns, ao mesmo nível das camadas mais incultas de uma população. Outro exemplo: quando o potentado de alto coturno político defendia certas medidas legislativas, discriminatórias relativamente à mulher, e que, em última análise, se dirigiam ao fortalecimento das conexões capitalistas da instituição familiar, esse estava a ser «machista» com segundas intenções; porém, quando o mesmo desprezava ou aviltava a mulher de «costumes livres» e simultaneamente rodeava de consideração as «esposas virtuosas» e demais «anjos do lar», actuava dentro de um contexto social geral repressivo e mitológico, que incutia na sua mente a mesma moral que seguiam tanto o camponês como o operário, o pequeno burguês e até as próprias mulheres.

Por outro lado, dentro do processo de saneamento, haverá ainda que atender ao facto real de psique peculiar a cada povo, derivada de todo um complexo de condicionalismos geográficos e etnológicos, e da inserção em mais vastos contextos históricos: haverá que indagar-se as condutas ditas «fascistas» não se verificavam já, entre nós, antes do fascismo implantado como sistema político, e não se verificam ainda no comportamento atropelante de muitos que se apresentam como democratas progressivos.

Havemos de ter em conta que, em todas as convulsões sociais, é como nos cataclismos cósmicos: entre mortos e feridos, alguém há-de escapar. Um saneamento perfeito e completo é irrealizável, *e existe até certa zona onde ele não pode penetrar.* Aqui, só um vasto programa de *educação popular*, não a curto nem a médio ou longo prazo, antes de uma acção insistente, persistente e permanente, que possa conseguir algumas melhorias.

Refiro-me àquela zona onde actuam todas as vítimas, com a aparência de culpados, do tal domínio paradoxal do absoluto — relativo da ignorância e do mal — em todas as camadas sociais.

É possível «sanear» um culpado (ou um inculpado) em fraudes pecuniárias ou em delações de carácter político, mas não se «saneia» a fraudulência que se ampara nas pequenas manhas e conluios, nas mentiras, nas deturpações mal intencionadas, na intriga e na difamação, nas espionagens de vizinhança e na maledicência das comadres, nas provocações, nos absentismos e obstrucionismos, nas indiferenças, covardias e silêncios cúmplices ou subservientes, na inveja sexual ou de prestígio social, nos orgulhos, no culto da personalidade e da ambição, e até nas taras hereditárias, já de cariz patológico, não detectadas nem denunciadas, e de que enferma um não desprezável contingente de componentes do nosso povo, atavicamente vítima de um subdesenvolvimento actuante em múltiplas gerações.

Pode-se «sanear» o chefão que abusou do seu poder e se tornou prepotente, incorrendo em arbitrariedade; o grande administrador que açambarcou lucros exorbitantes e ilegítimos à custa da mais-valia do trabalho dos braços e das cabeças que produzem os bens materiais e espirituais da nação; ou aquele que, por delação política, levou o concidadão à perda da liberdade e às sevícias físicas e morais. Porém, o processo de saneamento não alcançará todo o campo envenenado e venenoso onde o que se verifica — na imediatidade — *não é uma contestação e uma reivindicação esclarecidas, politizadas no mais amplo sentido social, cívico e humanístico da palavra, mas tão-só uma autêntica «reacção» indisciplinada, indiscriminada, incongruente e incoerente que se manifesta pelos ódios pessoais, pelo obstrucionismo, pela não colaboração prestimosa, em resumo, por uma insidiosa sabotagem do trabalho e das relações pessoais a todos os níveis.*

Na *função pública*, a luta de classes e a contestação não abrangem apenas os níveis directivos; entre os médios e os pequenos funcionários, num momento em que as hierarquias directivas responsáveis, por medo ou por sentimento de culpa, por desadaptação ou por oportunismo, por todo lado vacilam ou abdicam, essa luta decorre num clima primário de ódios recalcados que explodem às vezes em cenas violentas e ridículas, criando-se em muitas repartições autênticos «círculos demoníacos», uma deteriorada atmosfera que torna impossível até a comunicação humana.

Na *vida cívica*, onde diariamente assistimos nos locais públicos a lamentáveis cenas de barbárie, com impropérios obscenos, dichotes do humorismo mais grosseiro e até agressões físicas, em motins de fúria populesca, aqui não chega o saneamento e, infelizmente, às vezes nem sequer os agentes de manutenção da ordem pública.

Logo, «sanear» não basta, o «saneamento» é apenas a operação que consiste em «tirar o maior». O que é preciso, depois e já, é a operação miudinha de limpeza dos escaninhos da nossa psique nacional onde se amontoa uma sujidade de séculos de miséria, tanto da negra como da doirada.

É aqui que, para além do «saneamento» e da «politização» em sentido estreito, tem de actuar uma lúcida e profunda obra de *educação permanente*, que varra as mais bastas camadas da *ignorância* e do *medo*, em todas as classes. Educação que tem de começar por *informar*, por *explicar*, servindo-se de um programa que inclua principalmente as *Ciências Humanas* e a *Arte*, não comunicadas a nível erudito ou universitário, mas depois de submetidas a um especial tratamento de adaptação didáctica e, por isso, é preciso organizar comissões pedagógicas especializadas que procedam muito cautelosamente a essa adaptapão (voltarei a este ponto).

Digamos desde já que não se trata de fazer rebaixar o nível da expressão científica ou filosófica, que possui seus termos próprios e reflecte verbalmente toda a epistemologia de uma época; aqui, o cientista, o filósofo, o escritor, o artista estão na sua especialidade, quem quiser e puder que aceda e entre.

Não se trata de oferecer Marx e Mao ao domicílio, nem de semear à toa Universidades por todas as aldeias, mas, muito realisticamente, de gizar um programa instrutivo dirigido aos adultos que já passaram a idade escolar e andam por aí aos encontrões aos corpos e às mas, rebolando eles próprios às cegas num caminho que é breve no tempo mas longo e profundo na dor.

É preciso também educar e até politizar honestamente, no sentido de não criar esperanças desmedidas nos homens, dizer-lhes que a Justiça *é um caminho e não meta à vista* e ao fim de uma correria ou de uma guerra. É preciso não prometer a Felicidade e o Reino da Abundância já para amanhã. E há que propor frugalidade, tanto ao nababo que multiplica palácios e baixelas como ao operário que se desforra de séculos sem pão e sem lençol, comendo agora santola à tripa-forra e emoldurando a *Vénus* do Boticelli em farfalhuda talha dourada. É preciso explicar ao banqueiro porque se defende do medo acumulando «analmente» muito dinheiro, e ao escriturário porque odeia «o senhor doutor».

Pois nem só o povo é ignorante. Muitos dos poderosos e portadores de títulos também o são, na medida em que a sua cultura é só verniz, ou só erudição ou só especialização ou só diploma, e não abrange uma informação verdadeiramente humanística e uma formação crítica e consciencializante. Na medida, acima de tudo, em que também eles são simultaneamente vítimas e culpados do tal Poder social ancestral e arcaizante, onde imperam os instintos, os medos e as mitologias.

Natália Nunes

PONTOS DE VISTA

(Continuado da pág. anterior)

lidade de índole diferente, submetido a exame «ad hoc» com matérias técnicas (específicas).

Serão estas situações de exames «as provas que se destinam a indivíduos com o *curso secundário técnico* incompleto...»?

O Curso Complementar Técnico é o 2.º grau de um curso secundário técnico e, logicamente, o 1.º grau é o Curso Geral Técnico. Que significado tem a designação: curso secundário técnico, se aqueles dois níveis pertencem ao único Ensino Secundário (seja ele técnico ou mesmo clássico) que temos no nosso sistema educativo?

O esquema que anexo serve para elucidar sobre o assunto.

Seria bom para todos os portugueses que a Imprensa diária se debruçasse com entusiasmo, convenientemente, em colaboração com o M. E. C.-C. I. R. E. P., numa campanha de esclarecimento sobre ensino. Que pudesse dedicar semanalmente uma ou meia página dos seus jornais a todos os problemas da educação, onde se tecessem menos considerações filosóficas em troca de mais informação, serviço de consultas, etc., etc., para o estudante secundário e universitário, e, na generalidade, todos os indivíduos.

Não é que tenhamos de copiar sempre os outros, mas é com agrado que se lê n'«O Globo» toda a informação que pode ter um estudante e outros interessados, em quatro páginas exclusivamente sobre os problemas do ensino.

Isto para não falarmos em ingleses, franceses e mesmo nos nossos vizinhos espanhóis.

Manuel Magro Toscano.

O "Borda d'Água"

(Continuado da pág. anterior)

— Não. Como todos os partidos me agradam, abstenho-me.

— É uma forma de ser imparcial.

— Eu não posso ter partido ou, com mais rigor, não posso ter senão um partido: o do povo.

— Sei que foi sempre democrático.

— Sempre. Profundamente. Sinceramente. Para mim o autocarro é um dos símbolos da democracia. Quantos, que se dizem democráticos, se tornam reaccionários só porque não conseguiram lugar no autocarro! Eis o grande mal.

— A falta de autocarros?

— Não. A falta de convicções. Outro dos males é o desejo, excessivamente vulgarizado neste nosso belo país, de querer ganhar cada vez mais e trabalhar cada vez menos. Creio que se pretende trabalhar, quando muito, aos domingos e feriados, e descansar ou flanar o resto da semana. Será o cúmulo da inflação. Eu bem aconselho no meu almanaque que se semeie para colher...

— Enfim, seja como for, Bom Ano, amigo Borda d'Água!

— Já não será pedir pouco que me diga simplesmente: «Boa Tarde».

— Então Boa Tarde — e que consiga lugar no autocarro!

Luís de Oliveira Guimarães